

**AgInt no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.043.101 -  
MG (2017/0008768-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : HELIOMAR MANOEL QUARESMA  
**ADVOGADOS** : ALOISIO AUGUSTO MAZEU MARTINS - MG062574N  
TÚLIO CÉSAR COSTA PIERONI - MG132971  
**AGRAVADO** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADO** : CARLOS VICTOR MUZZI FILHO - MG059966

**EMENTA**

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IPVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ALIENANTE. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO EM NORMA LOCAL ESPECÍFICA. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA.

1. O Tribunal de origem vislumbrou a responsabilidade solidária do alienante pelo pagamento do IPVA ancorando-se em previsão inserta em norma local específica. Assim, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF.
2. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa (Presidente), Gurgel de Faria, Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator